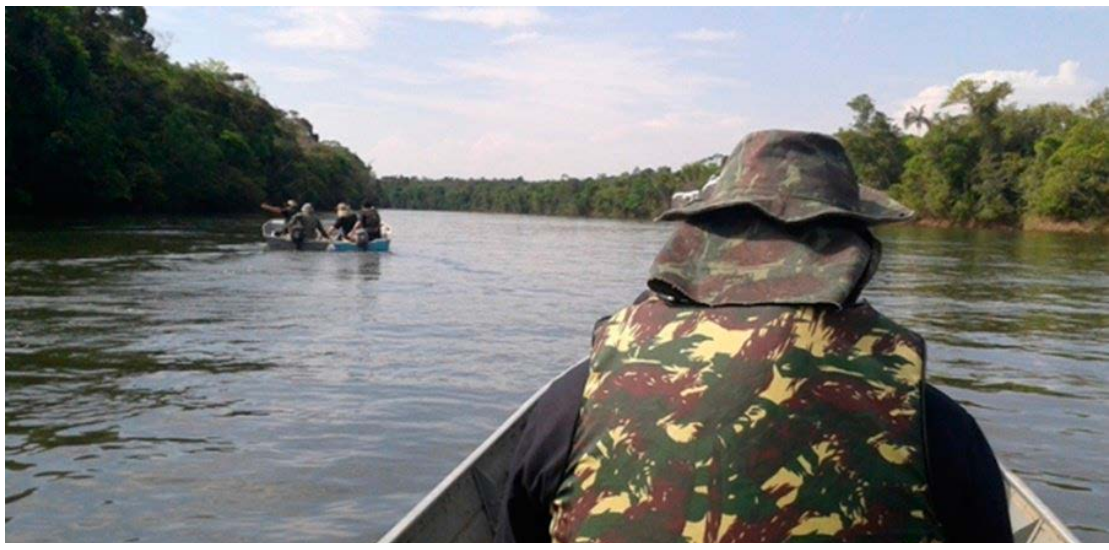
REGIÃO DE TANGARÁ



Piracema iniciou nesta segunda-feira

Fiscalização será intensificada durante Piracema

A proibição segue até 31 de janeiro do ano que vem com multas e prisão

RODRIGO SOARES / Redação DS

Começou nesta segunda-feira, dia 1º de outubro, o período de defeso da piracema nos rios que compõem as três bacias hidrográficas de Mato Grosso.

Conforme a resolução 004/2018 do Conselho Estadual da Pesca (Cepesca), a proibição segue até 31 de janeiro do ano que vem com multas e prisão para quem for flagrado pescando. Devido ao período de defeso, as fiscalizações serão intensificadas em toda a região, inclusive na de Tangará da Serra.

De acordo com o diretor local da Secretaria de Estado de Meio Ambiente (Sema-MT), Jeferson Zucchi, quem for abordado praticando qualquer tipo de pesca poderá ser responsabilizado criminalmente. "A prática é considerada crime ambiental, e a Sema segue a esfera administrativa com aplicação de multa que varia de um mil reais a cem mil reais, acrescido de 20 reais por quilo de pescado", alertou o diretor, destacando que neste período, as ações de fiscalização serão intensificadas com parceria entre fiscais da Sema e Batalhão da Polícia Militar e Proteção Ambiental (BPMPA).

> "A prática da pesca pode ser considerada crime ambiental

Durante o período de defeso não há permissão para declaração de estoque de pescado para pessoas físicas, senão para pescadores profissionais e com a apresentação da DPI (Declaração de Pesca Individual) emitida em seu próprio nome.

Ambientes com atração turística foram vistoriados

MATO GROSSO

Ministério do Turismo vistoria hospedagens no Estado

No total, 48 estabelecimentos de hospedagem foram vistoriados

Minuto MT

Duas equipes do Ministério do Turismo realizaram na última semana visita de fiscalização aos municípios mato-grossenses de Chapada dos Guimarães e Poconé. No total, 48 estabelecimentos de hospedagem foram vistoriados pelos agentes. Destes, 28 foram notificados por não terem apresentado registro no Cadastur, conforme determina a Lei do Turismo, e 20 receberam termos de fiscalização por estarem fechados, não terem sido localizados ou trocado de CNPJ.

A ação teve como objetivo sensibilizar os empresários sobre a importância da regularização junto ao Cadastur, o sistema de cadastro de prestadores de serviços turísticos do MTur. Além de trazer uma série de vantagens para o trabalhador da área, como acesso a financiamento em bancos oficiais do governo e cursos gratuitos de qualificação ofertados pela Pasta, o empreendimento regular também mostra para o seu cliente que realiza um trabalho legal, sério e seguro.

Antes de iniciar a ação, os agentes fiscais do MTur se reuniram com representantes da prefeitura, do Instituto Chico Mendes de Conservação e Biodiversidade (ICMBio) e com guias de turismo e prestadores de serviços turísticos das áreas de transportes, agências de viagem e meios de hospedagem para tirar dúvidas e dialogar sobre a atividade turística da região visitada.

> Objetivo da ação foi reforçar regularização

"Além de fiscalizar, nosso trabalho é também instruir os prestadores quanto aos caminhos que eles devem seguir para buscar a regularização junto ao órgão máximo de turismo no Brasil, que é o MTur", informa a chefe de Divisão de Fiscalização do MTur, Daniela Saraiva.

Quem foi notificado tem um prazo de até 30 dias para regularizar-se junto ao ministério. Basta acessar o site do Cadastur (clicando aqui) e, em seguida, escolher o item "Sou prestador" para preencher os dados básicos. A ferramenta foi modernizada, é de fácil compreensão e oferece uma interface intuitiva que garante rapidez no cadastramento online.